

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## **O RIO TAPAJÓS NA MEMÓRIA DO TENENTE RUFINO LUIZ TAVARES (1876): Elemento de riqueza, via de comunicação e de estabelecimentos agrícolas e industriais<sup>1</sup>**

Francivaldo Alves Nunes<sup>2</sup>

Este texto é resultado de pesquisas que venho desenvolvendo, com financiamento do CNPq, associadas a leituras construídas, quanto às formas de ocupação e uso da terra, por lavradores e extratores, identificados como *caboclos* e que ocupavam os sertões amazônicos do século XIX. No caso específico aqui, faço referência ao estudo do Tenente Rufino Luiz Tavares (1830-1897) sobre o rio Tapajós, publicado em 1876, e que se apresenta como principal documento de análise.

A primeira observação é de quem estamos falando. Rufino Tavares foi primeiro tenente da Marinha, sendo *Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz*, uma ordem religiosa militar de cavaleiros portugueses que foi criada, no século XII, para defender a cidade de Évora dos Mouros. De acordo com José Vicente de Bragança (2004), a chancelaria que cuidava dos registros da ordem brasileira pertencia ao Ministério do Império. Entre as atribuições estava a de condecorar militares brasileiros, por atos heróicos. Rufino Tavares também foi condecorado com a medalha da *Companhia Naval do Rio da Prata*, em reconhecimento pela sua atuação durante a Campanha do Uruguai ou Campanha contra Oribe e Rosas entre 1851 e 1852. Essa condecoração foi instituída pelo Governo Imperial e concedida a esquadra em operações no Rio da Prata (LOUREIRO, 2007).

Na época, década de 1860, Rufino Tavares atuou como Comandante do Vapor Óbidos da *Amazon Steam Navigation Company Limited*. Como bem destacou Antonio José Souto Loureiro (2007), estava ainda vinculado como 1º Tenente na Estação Naval do Norte, em que comandou expedições de apoio administrativo de levantamentos hidrográficos no Cabo Norte (região do Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa), o que resultava na produção de relatórios, como publicado em 1876, sobre a viagem ao rio Tapajós.

Não só das ocupações e serviços militares se envolveu Rufino Tavares. Atuou ainda no processo de criação da *Sociedade Ypiranga*, em Manaus, em 1864. De caráter beneficente, a associação em que era conselheiro, se propunha a festejar o 25 de Março e 7 de Setembro, à data primeira em que o Imperador Dom Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil, em 1824, e o

1 Texto resultado de pesquisas desenvolvidas através do projeto “Ocupação de terra, paisagem e produção rural nos Aldeamentos e Colônias Agrícolas do Pará (décadas de 1840-1880)”, financiado pelo CNPq.

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor na Universidade Federal do Pará, atuando no curso de História do Campus de Ananindeua e nos programas de pós-graduação em Ensino de História (Campus Ananindeua), História Social (Campus Belém) e Educação e Cultura (Campus Cametá).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7 de Setembro, em louvores a Independência. Há de se destacar que a Sociedade Ypiranga, se propunha ainda a “promover o progresso da província do Amazonas por toda e qualquer formas ao alcance dela, e de cada um dos membros em particular, ter um advogado que cuida das causas dos presos pobres, e socorrer os indigentes reconhecidos verdadeiramente por taes”, com bem destacou o jornal *Estrella do Amazonas*, de 14 de agosto de 1864, na sua segunda página, quando registrava a fundação da nova sociedade.

Não há dúvidas que a sua participação nessas associações, como espaço de debates políticos e de defesas de projetos de desenvolvimento para a região, pode, em muito, ter influenciado nas preocupações de Rufino Tavares, quando das viagens pelos interiores das províncias do Pará e Amazonas. Sendo importante registrar que estas sociedades se constituíam como estratégicas para inserção na sociedade, o que poderia inclusive facilitar a constituição de apoiadores e correligionários nestas expedições pelos sertões amazônicos.

O registro produzido por Rufino Tavares constitui como uma “memória onde se estuda semelhante tributário do Amazônia [rio Tapajós], não só como elemento de riqueza e uma das melhores via de comunicação, como também porque todo o território que banha é o mais apropriado para o estabelecimento de colônia agrícolas e industriais”. Publicado em 1876, na Typografia Nacional no Rio de Janeiro, expressava, não só uma minuciosa descrição geográfica e hidrográfica deste rio, como também aspectos sobre a ocupação humana, destacando as formas de uso da terra e dos recursos florestais. Na memória, constituída de 48 páginas, apontava suas impressões sobre a região, assim como não deixava de reconhecer que “muitos dos esclarecimentos e dados estatísticos que [entraram] como parte integrante na presente memória, foram facilitados com o maior cavalheirismo e boa vontade, por cavalheiros distintos residentes nas localidades em que [descreveu]” (TAVARES, 1876, p. 2). Essa memória ganha, nesses sentido, uma característica peculiar, pois agrega interesses e percepções das autoridades locais, mas também de moradores e ocupantes da região do Tapajós.

Rufino Tavares, procura demarcar seus estudos sobre o Tapajós aos moldes da ciência do século XIX, construída pela ideia da busca da veracidade dos fatos, expressas através da observação. Em registro inicial, revela a preocupação com o conteúdo, que expressaria a realidade dos eventos, através de uma descrição pormenorizada dos acontecimentos observados. Aqui pauta-se uma questão importante, e que nosso interlocutor constrói como pressuposto de sua investigação, no caso, a observação e abordagem como método fundamental para coleta de informações (KURY, 2001, p. 40). Essa estratégia vai permitir não apenas revelar aspectos da paisagem constituída pelo rio Tapajós, como também os hábitos das populações locais, questão que procuramos aqui revelar.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nos ocuparemos, diante destas observações sobre a *memória* produzida por Rufino Tavares, em compreender a relação entre o discurso construído em torno do modo de vida da população *cabocla* que ocupava os sertões amazônicos e as estratégias apresentadas como necessárias para promover o desenvolvimento econômico da região. A todo custo, os escritos deste militar estava preocupado em apresentar às autoridades do Império, como desenvolver ações que assegurassem a exploração das riquezas regionais que, como bem destacou, identificasse os elementos de prosperidade, atentasse para as vias de comunicação e para a constituição de estabelecimentos agrícolas e industriais (TAVARES, 1876, p. 3).

Quando nos apropriamos desta *memória*, não deixamos de analisá-la como material que está envolvido em um contexto em que se busca conhecer as diferentes regiões do império com o propósito de um exercício de maior controle do governo imperial, uma característica das expedições militares e de estudos científicos observadas na região amazônica no século XIX. Nesse caso, dialoga com um pensamento da época em que se pauta pelo controle do espaço amazônico e da região do Tapajós, o que exigiria das autoridades públicas um desempenho não apenas de manutenção da ordem, mas como instituição promotora de políticas que elevassem os hábitos das populações interioranas.

Como observado, nossa intenção aqui é compreender a relação entre o discurso construído em torno do modo de vida desta população cabocla, mediado pela elaboração de um conhecimento científico, construído dentro do contexto político do Brasil do século XIX. Neste aspecto, a *memória* em tela e as observações e relatos que construiu sobre o rio Tapajós dialoga com um pensamento da época, em que se pauta pela necessidade de maior conhecimento do espaço amazônico, das experiências de vida e trabalho como estratégia de construção de políticas públicas que elevassem os hábitos das populações locais, através da ciência e do conhecimento sobre esses grupos humanos. Nesse aspecto, o conhecimento científico, construído pela observação e registro detalhado das situações e eventos, presente na *memória* de Rufino Tavares, não apenas revelariam aspectos do modo de vida das populações locais. Expressaria também, a compreensão que esse agente, na condição de servidor público, desenvolveu sobre esses grupos, assim como revelava a defesa de projetos e convicções que constrói sobre a região e as pessoas.

O Tapajós, visitado por Rufino Tavares, se apresentava como uma região exuberante e promissora, com imenso potencial de produtos florestais, mas também muito dependente do extrativismo da borracha. Como advertia Laura de Moraes (2016, p. 26), embora uma diversidade de riquezas naturais fosse observada na segunda metade do século XIX, como o guaraná, a salsaparrilha, o cravo e a copaíba, as atenções se voltavam, de fato, com mais intensidade para a produção da goma elástica, o que incomodava alguns observadores, como Rufino Tavares.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Henry Walter Bates (1979, p. 160), que esteve no Tapajós em 1852, vinculava as riquezas florestais presentes na região, a uma expectativa para um futuro próspero de desenvolvimento da economia local. Rufino Tavares, associou essa questão que vinculava a prosperidade da região, não somente aos produtos naturais extraídos. Destacou a facilidade de navegação pelo rio, bem como, uma excelente via de comunicação com outras regiões, a exemplo, de Goiás e do Mato Grosso, no que chamaria de região central do Império, o que para o militar ainda era uma região pouco conhecida, mas fundamentalmente importante, inclusive para definição e fronteiras internacionais (TAVARES, 1876, p. 3).

A questão anterior já havia sido observada por Alexandre de Belmar (1861), em “Voyage aux provinces brésiliennes du Pará et des Amazonas en 1860”. Não deixou de registrar a importância do Tapajós como região de fácil navegação, bem como, uma excelente via de comunicação com outras regiões, a exemplo, com parte do Amazonas e do Mato Grosso, questão que foi compartilhada por Rufino Tavares (1876) e que já havia sido observada por Henry Bates (1979). Nosso interlocutor incluiu ainda o rio Tapajóz, como espaço adequado ao estabelecimento dos imigrantes, nos terrenos que banhava e mesmo nos que ficavam para o centro de suas margens, destacando a importância da ocupação de suas margens por um processo de colonização que promovesse o transporte de europeus e americanos para colônias agrícolas (TAVARES, 1876, p. 4).

A necessidade de colonizar a região com imigrantes foi defendida em 1871 pelo presidente do Pará Abel Graça, que justificava a proposta chamando atenção para esta comunicação pela bacia do Tapajós, não apenas apontando os produtos que podiam ser aproveitados e que até então estavam sendo explorados pela “mão [descuidada] e tosca dos índios”. No caso, fazia referência aos muitos peixes, tartarugas, caças, frutos silvestres, salsa, cacau, cravo e goma elástica. Afirmava-se que as margens dos rios eram formadas de matas gerais e campos. Algumas cercanias se achavam incrustações e tufo metálicos, cristais e esmeril, o que confirmava a tradição de serem lugares auríferos (GRAÇA, 1872, p. 20). Pela Lei nº 678 de 29 de setembro de 1871, o governo do Pará era então autorizado a promover a incorporação de uma companhia que tivesse por fim a navegação a vapor entre as aldeias de Ixituba e a província de Mato Grosso pelo rio Tapajós, e a abertura de estradas necessárias para auxiliar e melhorar a navegação. Estas iniciativas eram considerada o primeiro passo para o que Abel Graça entendia enquanto “empresa grandiosa, que quando realizar-se atestarão as prodigiosas qualidades daquela região, onde a natureza espalhou em profusão todas as suas grandes riquezas” (GRAÇA, 1872, p. 21).

Os olhares sobre o Tapajós pautavam, se por um lado, no maior conhecimento sobre a região, inclusive identificando suas riquezas, revelou propostas que promovessem o desenvolvimento das

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

práticas produtivas. Por outro, se propunha a avançar sobre a fronteira de produção, assegurar o melhor acesso aos locais de exploração dos recursos florestais na região. A exploração e estudos desenvolvidos por Rufino Tavares, ao que se registra, seguem essas proposições, agregando outros olhares e novas perspectivas.

A descrição sobre a região expressava um sentimento de euforia quanto a sua capacidade produtiva, o que era explicado pela formação dos terrenos de característica elevada, como também pela sua fertilidade, possuindo variados produtos naturais, especialmente madeiras, drogas do sertão, especiarias e calcáreas. Ressaltava que diante de tanta prodigiosidade da natureza, algumas poucas povoações no curso do rio Tapajós eram observadas, destacando a cidade de Santarém, vila Franca, paróquia de Alter do Chão, vila Boim, paróquia de Aveiro e vila de Itaituba. O que para Rufino Tavares expressa uma contrariedade, considerando a capacidade produtiva da região, o que explicaria a sua defesa da implantação de colônias de imigrantes e a introdução de novos colonos (TAVARES, 1876, p. 7). Para nosso interlocutor, aumento produtivo e ampliação do número de trabalhadores caminhavam conjuntamente, principalmente em regiões, apontadas como de pouca ocupação, no caso, o Tapajós.

Nas áreas ocupadas, Rufino Tavares identifica quatro ramos principais em que se dividia a indústria do rio Tapajós. No caso, a extrativa, a pastoril, a agrícola e a da pesca. A indústria extrativa consistia na colheita dos produtos naturais como a goma elástica, considerada a base do comércio de toda a província. Outros produtos são a salsa parrilha, óleo de copaíba e o cravo do Pará. Sobre a indústria pastoril ressaltava a criação de gado vacum e cavalariço, existentes nos campos e pastagens da vila Franca, onde se achava os mais importantes estabelecimentos criadores. A indústria agrícola, reduzia-se a cultura do cacau, guaraná, cana-de-açúcar, tabaco, milho e mandioca, em escala reduzida, excetuando o guaraná, que era um produto fabricado em grande quantidade pelos índios Maués, habitantes das terras centrais da margem esquerda do Tapajós, acima de Itaituba e das do rio Maués, na província do Amazonas. A indústria da pesca se limitava à do pirarucu, o qual, depois de salgado e seco ao sol, tornava-se gênero de primeira necessidade em todo o Pará e formava com a farinha d'água a base do comércio interno e o mais procurado alimento de seus habitantes (TAVARES, 1876, p. 22).

O produto proveniente da indústria agrícola, que se observa de forma mais significativa e em maior escala, não só em Santarém como outros pontos do Tapajós, era a aguardente da cana. O mais importante engenho pertencia ao Barão de Santarém, rico proprietário de terras na região, situado no rio Aiaá, afluente da margem direita do Amazonas e que deságua no Paraná, denominado Ituqui. Este estabelecimento, conhecido como Taperinha, se acha associado ao "inteligente e laborioso norte-

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

americano H. J. Rhome”. Como o mais bem montado e mais produtivo de todo o Tapajoz, o engenho, para Rufino Tavares, concorria para que outros imigrantes procurassem dar maior desenvolvimento às suas propriedades. Ainda seriam “dignos de especial menção os estabelecimentos dos imigrantes de mesma procedência”, no caso, fazia referência a R. T. Henington, J. H. Pitts e R. H. Ricker, que atuavam como cultivadores e criadores de gado (TAVARES, 1876, p. 23).

As experiências da imigração de americanos para o Tapajós servia para que Rufino Tavares estabelecesse um conjunto de questionamentos quanto à produção agrícola e extrativa desenvolvida pela população que ocupava as margens do Tapajós, identificados com *caboclos* ou *nacionais*. e uma referência às populações nativas e mestiças que ocupava as margens do rio Tapajós. Um primeiro caso é associado aos gêneros e objeto de produção espontânea da natureza, ou seja, produtos extrativistas, existente com abundância no Tapajoz. Estes eram tratados por Rufino Tavares como de suma importância, pois, “neles a riqueza do Estado podia encontrar uma fonte de prosperidade”. Destacava que se “[elevavam] a mais de 30 qualidades”. Neste caso, tratava-se das especiarias, como madeiras, óleos, leites, gomas, resinas, ceras, frutas, fibras vegetais, raízes, cascas e ervas. Alguns já de muito tempo colhidos em proporções regulares, que formavam um dos ramos do comércio local e da indústria extractiva, no caso, a goma elástica, salsaparrilha, óleo de copaíba e o cravo (TAVARES, 1876, p. 26).

Outro produto observado é a madeira. Para Rufino Tavares, nenhuma outra região foi mais prodigamente favorecida deste bem, “sendo apropriadas a tão diversas misteres”. Sobressaia entre centenas de espécies, a conhecida itaúba, que na construção naval substituiria a teca asiática que a Inglaterra empregava, de preferência, na construção de seus navios. Este importante assunto, para Rufino Tavares não estava sendo tratado convenientemente pelas autoridades, no caso defendia a urgência do emprego de medidas enérgicas com o fim de evitar que “a devastação das matas e corte irregular destas madeiras importantes para promoção do comércio e das rendas públicas” (TAVARES, 1876, p. 18).

Sobre a questão anterior, Rufino Tavares destaca que “para um insignificante roçado, onde o machado, o fogo e a incúria nada respeitam, derrubavam-se muitas vezes árvores tão valiosas e colossais, que uma só bastaria para cobrir a importância da mandioca que ali podem plantar, colher e reduzir a farinha”. O interdito dos cortes de madeiras, acredita que ainda não tinha sido levantado, mas expressa que a legislação que vigorava naquele momento, a respeito do tema, carecia de alguma reforma, pelo menos no ponto de tornar aproveitável das vastas florestas como indústria (TAVARES, 1876, p. 19).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Não menos digna de menção se achava os materiais produzidos com óleos vegetais, que com um ainda insignificante trabalho manual, podia ser obtidos de muita árvores, especialmente de quase todos os frutos das palmeiras que revestiam as margens alagadas e terrenos sólidos do Tapajós, havendo ilhas completamente cobertas de semelhantes vegetal. Informava que uma só qualidade, o óleo de copaíba, apareceria no mercado e a preferência que dão os extratores a este produto natural, é devida à facilidade como é obtido e ao preço elevado por que o pagam na capital. No mesmo caso considera a classe de fibras e vegetais, com milhares de aplicações, e que se consegue com facilidade e sem a necessidade de cultura (TAVARES , 1876, p. 19-20).

Rufino Tavares se mostrou um crítico da forma como as populações dos sertões amazônicos concebiam o extrativismo da borracha. Chegou, inclusive, a advertir que famílias inteiras abandonaram suas plantações e propriedades e seguiam para os seringais, o que era responsável pela constante diminuição da produção de alimentos e outros recursos florestais. O julgamento negativo ao modo de vida afeito ao extrativismo da goma elástica estava associado à ideia de uma não regularidade diária de tarefas, ocupando o trabalho apenas em uma parte do ano, no verão, mas também, porque essa população abandonavam as outras atividades como cultivo ou mesmo a extração de outros recursos florestais.

As observações quanto ao modo de vida afeito ao extrativismo da borracha, marcado por uma não regularidade diária de tarefas, e a ausência de cultivo que permitisse uma produção para o comércio é mais uma vez recuperada para demonstrar o pouco zelo dessa população cabocla para com o trabalho, o que era responsável por fazer com que não cumprisse com os deveres associados a geração de riquezas e rendas para a província e para o Império.

A questão anterior, associada a crítica ao extrativismo da borracha, se somava a uma compreensão inversa de que a liberdade dos caboclos e indígenas dos sertões amazônicos os permitia uma vida ociosa e dependente da natureza. Isso significa, que ao não se submeter a regularidade do trabalho, essas populações se tornaram prisioneiras dos rigores, ritmos e vontade do ambiente natural. Uma saída apontada por Rufino Tavares para tornar as populações indígenas e tapuias mais afeitas ao trabalho regular seria o comércio. O entendimento era de que a necessidade da troca de produtos e os compromissos assumidos com os comerciantes exigiram maior empenho e disposição na lavoura e no extrativismo. O comércio, portanto, podia despertar a ambição de consumo.

As observações refletem uma clara defesa do que se poderia considerar como regularidade da exploração de recursos florestais e a perspectiva de industrialização, do que entendia como produção espontânea e dadivosa. No entanto, a aposta para o desenvolvimento de uma regular produção remetia constantemente à presença de colonos imigrantes.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Destacava que algum estímulo, com a presença dos “laboriosos e incansáveis emigrantes”, demonstravam que alguns estabelecimentos agrários prosperavam. Convidava a observar que algumas propriedades já contam como a presença de alguns trabalhadores no ofício do plantio, boa parte caboclos, os quais, mediante um salário, eram empregados na lavoura das terras onde trabalhavam os imigrantes norte-americanos (TAVARES, 1876, p. 20-21).

Um caso modelar apontado por Rufino Tavares era o estabelecimento agrícola de Franco & Filho, do senhor Alberto Franco, súbdito Português, no lugar denominado Urucurituba, à margem esquerda do Tapajós, acima de Aveiros. Seria o único que tinha seriamente cuidado da cultura do cacau e do café, pois do primeiro contava-se já 10.000 pés e do segundo, ainda em começo, para mais de 2.000 pés, regulando a colheita de 300 arrobas de cacau e 30 de café. Perseguia na plantação de ambos, além da mandioca, milho e feijão para o consumo do pessoal do estabelecimento. Tinha um engenho de ferro, porém movido por animais, onde era moída a cana de suas plantações, do que fabricam anualmente de 70 a 80 pipas de aguardente e 300 a 400 potes de melaço. Criava também gado vacum, cavalariço e ovelhas (TAVARES, 1876, p. 21).

Na descrição do engenho de Alberto Franco, nosso interlocutor procura expressar um sentimento de contentamento na forma como eram desenvolvidas as atividades produtivas, buscando apontá-la como modelo de propriedade e de experiência de ocupação para as margens do Tapajós. Nesse aspecto, podemos então concluir que o conhecimento produzido por esta *memória*, construída pela observação e registro detalhado das situações e eventos, expressam um olhar atento e estratégico quanto às possibilidades de ocupação e exploração desses espaços. Essas características das expedições não apenas revelariam aspectos do modo de vida das populações, mas o entendimento que esse agente público constrói dessas pessoas e dos lugares observados, em um misto de impressões, perspectivas e projetos.

A necessidade de maior conhecimento e controle sobre a população local estão associados também a uma questão observada por Rufino Tavares, que é a capacidade da região se tornar um grande centro de comércio e produção. Quanto à descrição do ambiente de floresta e áreas de cultivo, nosso interlocutor procurou defender propostas de uso e exploração desses espaços. No caso das primeiras, esta era utilizada para demonstrar as riquezas naturais e chamar atenção para a necessidade do exercício de exploração destes recursos. Sobre a presença de cultivos, procurava mostrar o apego do proprietário à produção agrícola e certa independência da exclusividade do extrativismo.

Rufino Tavares mostrou, portanto, uma preocupação em descrever o Tapajós de forma que também fosse possível entender a atuação humana na região. Suas impressões apontavam seus posicionamentos políticos, como a defesa de um centro produtor de alimentos, a diversificação das

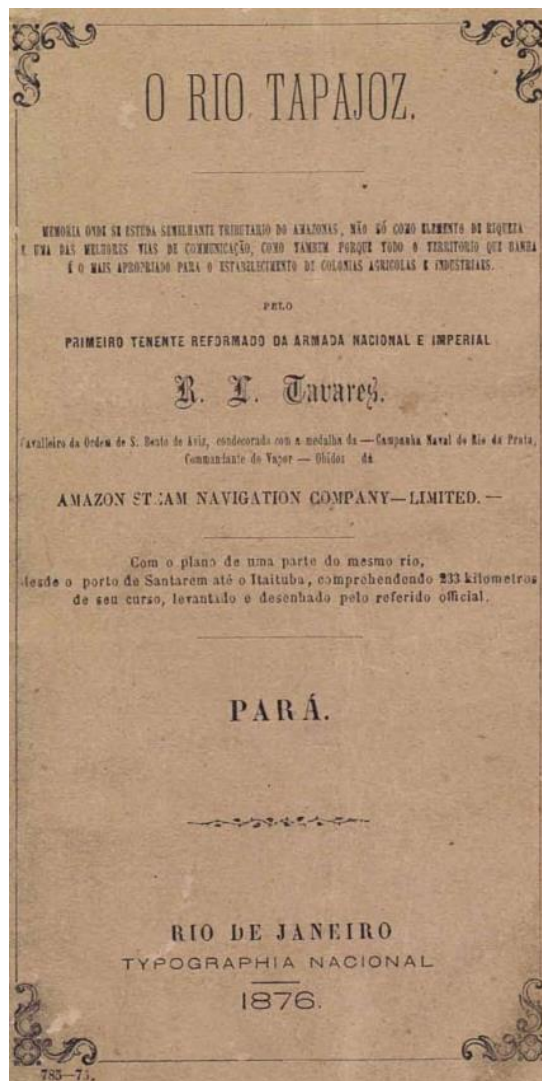
# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

experiências extrativistas, o trabalho como possibilidade de disciplinar índios e tapuios e o comércio como estímulo ao aumento produtivo, o ensino e o conhecimento técnico como propulsor de maior qualidade na produção. Foram propostas mediadas pela leitura que fazia da região. Embora estivesse preocupado em descrever os ambientes naturais, como orientava a sua expedição de exploração e os trabalhos como militar, permitiu nos seus registros que pudessem compreender aspectos do modo de vida da população que ocupavam os sertões amazônicos, suas experiências com a florestas, as atividades voltadas para o cultivo e a plantação, os usos dos rios e aproveitamento dos recursos naturais.

A compreensão é que não se tratava de um Estado que se afirma apenas pelo uso das forças militares, mas que levasse a autoridade do governo ao interior das províncias do Pará e Amazonas, através de ações revestidas de um discurso de promoção da ordem, desenvolvimento do comércio, indústria, promoção da modernidade e da civilização. Inclui-se ainda a perspectiva de revelar as experiências de vida a que estavam envolvidos esses sertanejos e que para Rufino Tavares se buscava melhor compreender, controlar e em alguns casos combater.

**Figura 1:** O Rio Tapajós, por R. L. Tavares, capa.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021



Fonte: Acervo da Biblioteca Digital do Senado.  
Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221756>

## Referências

- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- BELMAR, Alexandre de. *Voyage aux provinces bresiliennes du Pará et des Amazonas en 1860*. Londres: Trezize, Imprimeur, 1861.
- BRAGANÇA, José Vicente de. *As Ordens Honoríficas Portuguesas*. Museu da P.R. / C.T.T., Lisboa, 2004.
- ESTRELA DO AMAZONAS. *Sociedade Ypiranga*. Manaus, 14/08/1864.
- GRAÇA, Abel. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.a legislatura em 15 de fevereiro de 1872*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861): a ciência imperial e a musa cabocla. Heizer, Alda; Videira, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 29-54.

LOUREIRO, Antonio José Souto. *História da Navegação no Amazonas*. Manaus: Gráfica Lorena Ltda, 2007.

MORAES, Laura Trindade de. *O poder simbólico das "bugigangas": índios e regatões na província do Pará (século XIX)*. Dissertação de Mestrado, PPGH/IFCH/UFPA, Belém, 2016.

TAVARES, Rufino Luiz. *O Rio Tapajoz: memoria onde se estuda semelhante tributario do Amazonas, não só como elemento de riqueza e uma das melhores vias de communição, como tambem porque todo o territorio que banha é o mais apropriado para o estabelecimento de colonias agricolas e industriaes*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1876.